SABATINA Recomposição da CCJ e virada de Gilmar indicam maioria apertada ao indicado de Lula

Ministros do STF vão a campo para impulsionar aprovação de Messias

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) desceram ao campo da articulação política para garantir a aprovação de Jorge Messias — indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Corte — na sabatina marcada para hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A ofensiva incluiu jantar promovido pelo ministro Cristiano Zanin em sua residência, em Brasília, mudança de posição do decano Gilmar Mendes e campanha ativa do ministro André Mendonça junto à bancada evangélica.

No jantar articulado por Zanin, estavam o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o ex-presidente da Casa Rodrigo Pacheco e o ministro Alexandre de Moraes. Messias foi incluído ao grupo por iniciativa de Zanin durante o encontro, surpreendendo Alcolumbre.

O presidente do Senado evitou se comprometer com o indicado, limitando-se a assegurar tratamento respeitoso e cumprimento do rito da sabatina.

A articulação de Mendonça — indicado ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — foi decisiva para reduzir resistências na bancada evangélica e entre senadores de oposição. A interlocutores bolsonaristas, ministros afirmaram que Messias representaria mudança em relação ao perfil de Luís Roberto Barroso, especialmente em pautas de costumes como aborto e drogas.

Divulgação

Advogado-Geral da União, Jorge Messias ampliou arco de apoios para ida ao STF

Cristiano Zanin promoveu jantar em casa e incluiu Messias, o que surpreendeu Alcolumbre

A proximidade entre Mendonça e Messias passa pela religião e pela trajetória comum na Advocacia-Geral da União (AGU).

Gilmar Mendes aderiu à causa apenas na reta final. O decano defendia inicialmente a indicação de Pacheco para a vaga e chegou a declarar apoio público ao senador mineiro antes da aposentadoria de Barroso.

Com a escolha de Messias, passou a defendê-lo em conversas reservadas com senadores e publicamente, elogiando seu currículo na administração pública. Interlocutores avaliam que a atuação de Gilmar também busca aproximar Messias de seu grupo dentro do STF, em contraposição ao campo de Mendonça — reflexo das divisões internas da Corte sobre sua condução institucional.

Articulação do governo

Fora do STF, o governo mobilizou o ex-presidente José Sarney (MDB), que se reuniu com Messias em 10 de abril e passou a atuar junto a senadores em favor da indicação. Messias também se encontrou reservadamente com Alcolumbre, mediado por Pacheco — cotado para disputar o governo de Minas Gerais com apoio de Lula.

A recomposição da CCJ ao longo da última semana consolidou maioria favorável ao indicado. Na sexta-feira, Sergio Moro deixou a comissão e foi substituído por Renan Filho, ex-ministro dos Transportes do governo Lula.

Na quinta-feira, Cid Gomes deu lugar a Ana Paula Lobato, que já havia sinalizado apoio a Messias em março. Com as mudanças, o indicado passou a contar com 15 votos na CCJ — um a mais que o mínimo necessário para avançar ao plenário —, placar ainda considerado apertado nos bastidores.

CÂMARA

Leo Prates será relator das PECs pelo fim da escala 6x1

ANDERSON RAMOS

Leo Prates (Republicanos-BA) foi indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para relatar as propostas de emenda à Constituição (PECs) que propõem o fim da escala 6x1 sem redução salarial.

Motta indicou o deputado Alencar Santana (PT-SP) como presidente da Comissão Especial, composta de 38 membros titulares e 38 suplentes.

O presidente da Câmara defendeu equilíbrio no debate, ouvindo trabalhadores, empregadores, o governo e autoridades do Judiciário. "Para que a Câmara tenha o melhor texto possível para conceder a redução da jornada sem a redução salarial. Para que os trabalhadores possam ter mais tempo para a família, para a saúde e para o lazer", declarou.

Serão analisadas duas PECs em conjunto — uma de 2019 e outra do ano passado —, aprovadas pela CCJ na semana passada. A comissão especial definirá eventual período de transição e possíveis incentivos ao setor produtivo para compensar impactos econômicos.

Motta pretende levar a matéria ao plenário até maio e obter a aprovação no Senado no primeiro semestre.

AEROPORTO PAULISTA

PF investiga malas fora do raio-X no desembarque de parlamentares

DA REDAÇÃO

A Polícia Federal (PF) abriu inquérito para apurar se cinco malas entraram no Brasil sem inspeção após um voo que transportou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e outros dois parlamentares.

A investigação busca esclarecer se houve tratamento diferenciado a passageiros com influência política e eventual violação de protocolos de fiscalização aduaneira em área restrita do terminal.

O inquérito apura possíveis crimes de facilitação de contrabando ou descaminho e prevaricação. O auditor fiscal Marco Antônio Canella permitiu que o piloto José Jorge de Oliveira Júnior passasse com cinco volumes por fora do raio-X no Aeroporto Executivo Internacional Catarina, em São Roque (SP), por volta das 21h de 20 de abril de 2024. O procedimento irregular foi registrado pelas câmeras de segurança do aeroporto.

As suspeitas surgiram de investigação já em curso sobre o próprio Canella, indiciado em outro inquérito por facilitação de contrabando ou descaminho. Além de Motta e Ciro, estavam na aeronave os deputados Dr. Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL), ambos líderes partidários na Câmara.

O voo retornava da ilha caribenha de São Martinho, classificada pela Receita Federal como paraíso fiscal. A aeronave pertence ao empresário Fernando Oliveira Lima, o "Fernandin OIG", ligado a plataformas de apostas que disponibilizam o "jogo do Tigrinho". Em maio de 2025, Ciro Nogueira já havia utilizado outro jatinho do empresário para viajar à Europa, justamente quando ele era alvo da CPI das Bets no Senado.

Por envolver autoridades com foro privilegiado, o caso foi enviado ao STF, onde está sob sigilo, distribuído ao ministro Alexandre de Moraes. Em despacho da última sexta-feira, Moraes determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste em até cinco dias.

A Receita Federal informou que as investigações de sua corregedoria transcorrem em sigilo e não confirmou a existência de procedimento disciplinar específico contra o auditor Canella.

Kayo Magalhães (Câmara dos Deputados) / Divulgação

Deputado Hugo Motta estava entre políticos no voo

Ciro Nogueira, Dr. Luizinho e Isnaldo Bulhões não responderam aos contatos até o fechamento desta edição.

Procurado pela Folha de S.Paulo — que revelou o caso —, Hugo Motta confirmou presença no voo. "Cumpri todos os protocolos e determinações estabelecidas na legislação aduaneira", afirmou. Sua assessoria informou que aguardará a posição da PGR.

JUDICIÁRIO

Advogados acionam CNJ por mais juízes em Santo Estêvão

DA REDAÇÃO

O advogado Franklin Ribeiro da Silva lidera um movimento que levou um grupo de colegas de Santo Estêvão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para requerer, em caráter de urgência, a designação de três juízes para a comarca do município, localizado no Vale do Paraguaçu, a cerca de 170 quilômetros de Salvador.

O pedido foi protocolado pessoalmente em Brasília pelo próprio Franklin Ribeiro. O Corregedor Nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, despachou o expediente e fixou prazo de 15 dias para que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) se manifeste sobre o pleito. A resposta do tribunal será determinante para saber se haverá o remanejamento ou a nomeação de novos magistrados para reforçar a comarca.

Segundo o advogado, a comarca conta atualmente com apenas dois juízes para atender não só Santo Estêvão, mas também os municípios vizinhos de Ipecaetá e Antônio Cardoso. A sobrecarga compromete o andamento dos processos e provoca atrasos em audiências e no cumprimento de prazos, prejudicando diretamente a população que depende da prestação jurisdicional nos três municípios da região.

Os advogados argumentam que a estrutura atual é manifestamente insuficiente para o volume de demandas da comarca. O reforço de pelo menos um terceiro magistrado, defendem, é condição mínima para garantir o funcionamento regular da Unidade Judicial e assegurar o efetivo acesso à Justiça em toda a região do Vale do Paraguaçu.

MIRANGABA

TCM-BA investiga contrato de R$ 7,1 milhões sem licitação

RODRIGO TARDIO

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) abriu apuração para investigar a regularidade de um contrato de R$ 7,1 milhões firmado pela Prefeitura de Mirangaba sem licitação, na gestão do ex-prefeito Adilson Almeida do Nascimento. O processo questiona se a inexigibilidade adotada em 2017 para contratar o escritório Ramos e Barata Advogados Associados atendeu aos requisitos legais.

O objeto era a prestação de serviços jurídicos especializados para recuperar verbas do antigo Fundef e corrigir repasses do Fundeb — recursos federais de financiamento da educação básica municipal que a prefeitura teria deixado de receber da União.

A auditoria levantou dúvidas sobre se os critérios de notória especialização e singularidade do serviço, exigidos pela lei para dispensar a licitação, foram devidamente cumpridos. Diante do risco de sanções, um conselheiro do TCM determinou a inclusão do escritório como terceiro interessado, assegurando ampla defesa antes do julgamento. Caso sejam identificadas irregularidades, os gestores poderão ser multados e obrigados a ressarcir os cofres públicos. O processo segue sem data para o mérito.

O caso se soma a condenação já proferida pelo tribunal. Em setembro de 2024, o TCM-BA julgou irregulares repasses da mesma gestão ao Centro Comunitário Social Alto Paraíso (CECOSAP), de 2010 e 2011. A auditoria identificou despesas sem comprovação de R$ 1.757.570,68, em violação às normas de prestação de contas. Adilson Nascimento e o presidente da entidade à época, Florisvaldo Amâncio Júnior, foram condenados a devolver solidariamente o valor integral aos cofres municipais. O ex-prefeito recebeu ainda multa de R$ 20 mil pelas falhas formais. Ambos podem recorrer ao pleno do tribunal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO (BA)

AVISO DE REMARCAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026) - PA Nº 16939/2025 - LICITAÇÃO Nº 1092117 - A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO torna público a Licitação, Tipo: Menor Preço POR ITEM, Objeto: Empresa especializada para aquisição de equipamentos e mobiliários para unidades escolares do município de Simões Filho, por meio de emenda parlamentar, conforme disposto no Processo SEI nº 011.1327.2025.0089586-49, que está suspensa na plataforma LICITAÇÃO-E com ID nº 1089832. foi remarcado para 14/05/2026 às 10h00min (horário de Brasília), com novo ID LICITAÇÃO-E 1092117, pois houve alteração no Edital e seus anexos. Informações na sala da COPEL ou através do telefone (71) 3298-8369. Aquisição do novo edital na plataforma do Banco do Brasil, site: www.licitacoes-e.com.br e Portal de Compras Públicas-PNCP Simões Filho, 27/04/2026. **Antonieta Soares Nascimento – Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSIAPE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 02/2026. PA 63/26. Objeto: urbanização da Av. São José, no município, conforme contrato de repasse 987570/2025, Operação 1105946-68 do Ministério das Cidades. Menor preço global. Em 15/05/26, 14h. Edital: https://bll.org.br/, http://www.ipmbrasil.org.br/DIARIOOFICIAL/ba/prmjussiape/diario e licitacaopmju@gmail.com. Informações: das 8h às 12h, no setor de licitações. Jussiape/Ba, 29 de abril de 2026. Salonara Silva Teixeira. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CE001/2026SEME. Menor valor global. Objeto: construção de escola de tempo integral, com 09 salas de aula, conforme projeto básico aprovado pelo Estado da Bahia e condições estabelecidas no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio 080/2026 – SEC/BA. Abertura: 18/05/26 às 9:30h. Informações tel. 7335-4010/25, ou Prefeitura, Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Japão. Presidente Tancredo Neves/Ba, 29 de abril de 2026. Iuris Santos Oliveira. Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ (BA)

AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026) - PA Nº 0211/2026 - Agente de Contratação da Prefeitura Municipal, torna público a licitação citada, Tipo: Menor Preço Global, Objeto: Empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação Rua 1º Travessa Carneiro Ribeiro, na localidade de Coroa, no município de Vera Cruz/BA. Início acolhimento de propostas: 29/04/2026. Fim do acolhimento de propostas: 15/05/2026 às 09h59min. Início da sessão de disputa: 15/05/2026 às 10h/ Brasília. Edital e Anexos no site https://licitanet.com.br/, ou site de transparência http://pmveracruzba.imprensaoficial.org, informações: licitacaopmveracruz@gmail.com. Vera Cruz, 29 de abril de 2026. **Andrea Epifânio de Oliveira – Agente de Contratação.**